

ESTADO DE GOIÁS
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Edital

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 – CBM/GO

| | |
|--|---|
| Modalidade | Pregão Eletrônico nº 22/2020 |
| Tipo | Menor preço por ITEM |
| Modo de Disputa | Aberto |
| Benefícios | Item exclusivo para ME/EPP |
| Órgão solicitante | Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBM/GO. |
| Processo | 202000011034554 |
| Início da Sessão Pública | 16 dezembro de 2020, a partir das 09h00min (Horário de Brasília). |
| Objeto | AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR E MÁQUINA DE LAVAGEM DE TURBINA PARA O CBM/GO |
| Valor total máximo estimado | R\$ 25.102,47 (vinte e cinco mil, cento e dois reais e quarenta e sete centavos) |
| Sistema de realização do certame | COMPRASNET.GO - acesso em: www.comprasnet.go.gov.br (GO) |
| Endereços eletrônicos: Avisos, Publicações, Editais e Atas | www.comprasnet.go.gov.br (GO) www.bombeiros.go.gov.br/licitacoes www.diariooficial.abc.go.gov.br |
| Telefone e e-mail | (62) 3201-6386 / cbmgo.comprascal@gmail.com |
| Pregoeiro(a) | Frederico Magalhães GUERRA - CAP QOC |

| GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS CONSTANTES NO EDITAL | |
|---|--|
| AG | Assessoria do Gabinete |
| CADFOR | Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás |
| CADIN | Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais |
| CAL | Comando de Apoio Logístico |
| CBM | Corpo de Bombeiros Militar |
| CEP | Código de Endereçamento Postal |
| CG | Comando Geral |
| CGE | Controladoria Geral do Estado |
| CNPJ | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica |
| CPF | Cadastro de Pessoas Físicas |
| CPL | Comissão Permanente de Licitação |
| CRC | Certificado de Registro Cadastral |

| | |
|---------------|--|
| DECOL | Departamento de Compras e Licitações |
| DECOR | Departamento de Especificações e Orçamentos |
| DOE | Diário Oficial do Estado |
| EPP | Empresa de Pequeno Porte |
| GO | Goiás |
| GS | Gabinete do Secretário |
| ICMS | Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IN | Instrução Normativa |
| ME | Microempresa |
| PGE | Procuradoria Geral do Estado |
| PROSET | Procuradoria Setorial |
| RCTE | Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás |
| SCCGL | Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística |
| SEFAZ | Secretaria de Estado da Fazenda |
| SEAD | Secretaria de Estado da Administração |
| SEI | Sistema Eletrônico de Informações |
| SSP | Secretaria de Estado da Segurança Pública |

1. PREÂMBULO

1.1. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBM/GO, através de seu Comandante Geral, determinam abertura do procedimento licitatório a ser realizado pelo(a) Pregoeiro(a)/CBM/GO, usando a competência delegada na Portaria nº 167/2020 – CG torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a ser realizada em sessão pública eletrônica, oriunda do processo nº **202000011034554**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR E MÁQUINA DE LAVAGEM DE TURBINA PARA O CBM/GO**. O presente certame será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, com alterações e subsidiariamente, no que couber pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, pelo o Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020, pelo Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. Este Edital está disponível aos interessados nos sites www.comprasnet.go.gov.br (GO) e <http://www.bombeiros.go.gov.br/licitacoes>, ambos de livre acesso.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR E MÁQUINA DE LAVAGEM DE TURBINA PARA O CBM/GO**, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência (ANEXO I) e demais disposições fixadas neste Edital e seus ANEXOS.

2.2. **Este certame está aberto à participação de todos que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que estejam enquadrados na condição de ME/EPP e que estiverem devidamente credenciados perante o sistema Comprasnet/GO, conforme item 4 deste Edital.**

3. DO LOCAL, DATA E HORA

3.1. O pregão ocorrerá na forma eletrônica em sessão pública, por meio do Sistema Eletrônico de Gestão de Compras – COMPRASNET.GO, disponível no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.go.gov.br>, conforme datas e horários a seguir:

| FASE | DATA E HORÁRIO (horário de Brasília) |
|---|--|
| Registro de Proposta Comercial e Documentos de Habilitação | A partir de 03/12/2020 até as 09h00min do dia 16/12/2020 |
| Início da sessão pública | 16/12/2020 às 09h00min |
| 1ª etapa competitiva - Início da fase de lances | 16/12/2020 às 09h30min |
| 2ª etapa competitiva - Início da fase de Encerramento de lances | Prorrogação automática 2 + 2 (nos termos do item 8 do Edital) |
| Início do Encerramento de cada item | A cada 10 (dez) minutos |

3.2. As Propostas Comerciais e Documentações de Habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema, através do site www.comprasnet.go.gov.br (GO) no período estabelecidos no quadro do item 3.1 deste instrumento.

3.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

3.4. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública eletrônica observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas do sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio de chave de identificação e senha pessoal e intransferível e subsequente encaminhamento de Proposta Comercial concomitante com os Documentos de Habilitação em data e horário previstos neste Edital (item 3.1), exclusivamente por meio do sistema COMPRASNET.GO.

4.1.1. O licitante que se valer de outros cadastros para participar deste pregão deverá providenciar sua inscrição no CADFOR/GO, condição obrigatória para a sua contratação.

4.2. Poderão participar da presente licitação todas as empresas enquadradas na condição de ME/EPP, nos termos do art. 7º da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, e estiverem devidamente credenciadas ou homologadas perante o sistema COMPRASNET.GO.

4.2.1. O sistema poderá restringir a participação de empresas que não estão enquadradas como ME/EPP, mas se ainda assim houver a participação, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Goiás, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos termos do item 6, alínea “b”, do Ofício Circular nº 04/2012 da CGE/GO, bem como, estes serão sumariamente DESCLASSIFICADOS.

4.3. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual. E ainda aqueles que não estiverem com o cadastro “homologado” ou “credenciado” no CADFOR/GO.

4.4. É vedada a participação de empresas que constem:

4.4.1. no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

4.4.2. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás – CADFOR, como impedidas ou suspensas;

4.4.3. no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

4.5. A participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.6. Os licitantes deverão acessar diariamente a Oferta de Compra cadastrada no COMPRASNET.GO ou o aviso de licitação no site www.bombeiros.go.gov.br/licitacoes, a fim de tomar ciência acerca de comunicados com referência a eventuais alterações.

4.7. O licitante é responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema (COMPRASNET.GO e CADFOR) ou do CBM/GO por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. A participação no presente pregão eletrônico estará aberta somente aos licitantes previamente credenciados (inclusive os pré-cadastrados que possuem *login* e senha privativa), perante o provedor do sistema COMPRASNET.GO, conforme instruções contidas no manual disponível em: <http://www.comprasnet.go.gov.br/manuais.asp>.

5.2. O credenciamento do licitante e a sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no CADFOR/GO, que deverá ser providenciado pelo site www.comprasnet.go.gov.br (GO) na opção “Cadastro de Fornecedor” na Página Principal.

5.3. O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante.

5.4. O credenciamento permitirá a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no COMPRASNET.GO tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

5.5. O credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas no item 16 do presente Edital.

5.6. Na situação do licitante com credenciamento apenas na condição de pré-cadastro, caso seja vencedor da fase competitiva, o(a) pregoeiro(a), após análise, remeterá via sistema os documentos habilitatórios ao Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás - CADFOR/GO para fins de homologação do seu credenciamento, condição para efetivação da Ata de Registro de Preços ou Contrato com a Administração Pública.

6. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. As propostas comerciais serão enviadas exclusivamente por meio do sistema COMPRASNET.GO, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, com a descrição do objeto ofertado e o preço, em data e horário estabelecidos no quadro do item 3.1 deste instrumento.

6.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura (início) da sessão pública.

6.1.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.1.2.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020.

6.2. Na presente etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de julgamento.

6.3. O sistema COMPRASNET.GO possui produtos cadastrados cujas descrições nem sempre são idênticas às especificações constantes no Termo de Referência, podendo apresentar características diferentes em um ou mais aspectos, sendo assim, prevalecem as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) e Encarte, quando houver.

6.4. Todas as condições estabelecidas pelo Edital e seus ANEXOS serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.

6.5. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data marcada para início da sessão (item 3.1), independente de haver prazo diferente expresso na mesma.

6.6. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo, única e exclusivamente, da vencedora.

6.7. A proposta a ser encaminhada via sistema, deverá ser elaborada conforme modelo do ANEXO II deste Edital.

6.7.1. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, a marca/modelo (quando houver) do objeto ofertado, sendo desclassificadas as propostas em desacordo.

6.7.2. Caso haja discrepância entre a marca indicada no sistema COMPRASNET.GO e a marca informada na proposta anexada no sistema, prevalecerá a última.

6.8. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos inclusos, inclusive o ICMS, se for o caso e observando-se os subitens seguintes.

6.8.1. Ao final da sessão do pregão, a empresa estabelecida no Estado de Goiás que venha a ser vencedora do certame, nos termos do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03), deverá apresentar proposta na forma do ANEXO II, o qual deverá conter, obrigatoriamente: **a indicação do percentual da alíquota do ICMS, os valores unitários e totais, onerados com o ICMS e desonerados do ICMS, restando límpido que, para fins de adjudicação, serão analisadas as propostas desoneradas do ICMS.**

6.8.2. Na fase de execução contratual, o valor correspondente à isenção do ICMS deverá ser deduzido do preço dos respectivos produtos, contido na(s) proposta(s) vencedora(s) do pregão, devendo a Contratada demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal, empenhando-se apenas o valor necessário à execução do Contrato e, quando da emissão da Nota Fiscal, deverá destacar, em seu histórico, esta isenção, visto que a SSP/GO e os seus respectivos órgãos não são contribuintes deste tributo.

6.8.3. O disposto nos subitens 6.8.1 e 6.8.2 não se aplicam aos licitantes optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME/EPP – Simples Nacional.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o **PRAZO MÁXIMO DE 4 (QUATRO) HORAS**, a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

7.1. A abertura da sessão pública eletrônica do **Pregão Eletrônico nº 22/2020** será mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública eletrônica mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

7.4. DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS:

7.4.1. O(A) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe técnica, verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos e exigências estabelecidos neste Edital (vícios patentes).

7.4.2. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes da sessão pública.

7.4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas não desclassificadas pelo(a) pregoeiro(a).

7.5. INÍCIO DA FASE COMPETITIVA:

7.5.1. Classificadas as propostas, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema eletrônico.

7.5.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.5.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para início da sessão pública (**item 3.1 deste instrumento**) e as regras estabelecidas neste Edital.

7.5.4. Só poderá ser ofertado valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o **INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA: DE R\$ 2,00 (DOIS REAIS) PARA O ITEM 1 E DE R\$ 20,00 (VINTE REAIS) PARA O ITEM 2**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.5.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.6. Em razão do entendimento da PGE/GO, através de seu Despacho "AG" nº 001203/2013, para as empresas estabelecidas no Estado de Goiás, que forem isentas do ICMS e não optantes do regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME/EPP – Simples

Nacional (na forma do disposto nos itens 6.8.1, 6.8.2 e 6.8.3), os lances já deverão ser ofertados desonerados do ICMS.

8. DO ENCERRAMENTO (MODO DE DISPUTA ABERTO)

8.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, ou seja, entre o minuto 8 até o minuto 10 deverá haver um lance para que o sistema de prorrogação automática 2 + 2 seja acionado e assim continue sucessivamente.

8.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.1.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.2. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o(a) pregoeiro(a) poderá, assessorado(a) pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.3. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

8.4. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação (www.comprasnet.go.gov.br e www.bombeiros.go.gov.br/licitacoes).

8.6. A fase competitiva de lances terá duas etapas:

8.6.1. A 1ª etapa transcorrerá da seguinte forma:

I. Tem duração total de 10 (dez) minutos para cada item, a cada **10 (dez) minutos** o sistema iniciará automaticamente o encerramento de cada item, sendo um a um na ordem definida neste Edital;

II. Após transcorrido o tempo total previsto para esta etapa, dar-se-á início à 2ª etapa, caso seja atendido o **item 8.1**.

8.6.2. A 2ª etapa compreende o encerramento/fechamento da fase de lances, sendo realizada no modo **2 + 2** pelo sistema eletrônico, não possuindo tempo de duração definido, uma vez que este é prorrogado de acordo com os lances ofertados e transcorrerá da seguinte forma:

I. Inicia-se imediatamente após o encerramento da 1ª etapa, com o fechamento **2 + 2**, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

II. Caso nenhum lance seja registrado no sistema nesta etapa, a 1ª colocada será a empresa:

- a. que registrou o menor lance na etapa anterior, desde que este seja menor que a proposta de menor valor registrada; ou
- b. a detentora da menor proposta, caso não hajam registros pelo sistema.

III. Findada a 2ª etapa para todos os itens está encerrada a fase competitiva de lances do referido pregão eletrônico.

8.7. Durante o transcurso da sessão pública eletrônica, serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelos licitantes, vedada a identificação do fornecedor.

9. DO JULGAMENTO

9.1. O objeto requisitado para esta aquisição com definição no Termo de Referência (ANEXO I) terá seu julgamento do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.2. Após a etapa de envio de lances, caso o sistema não tenha registrado lances na etapa competitiva, e tenham sido ofertadas propostas de valores iguais, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2.1. EMPATE REAL - Com relação ao empate de valores das "propostas" ao final da etapa de lances:

9.2.1.1. Caso não ocorra lances na etapa competitiva e ao final permaneça duas ou mais propostas empatadas, o sistema alertará a situação e serão adotados os seguintes critérios para definição da melhor proposta:

9.2.1.2. Utilização das previsões do §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

a) Caso persista o empate, deverá ser realizado o sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas para definir a vencedora, em atendimento ao Parágrafo Único do art. 37 do Anexo Único do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

b) O sorteio será comunicado aos interessados através do chat do pregão e será realizado através do sistema COMPRASNET.GO, sem qualquer interferência do(a) Pregoeiro(a) ou do Administrador do Sistema.

9.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.5. Caso haja apenas uma oferta que atenda a todos os termos do edital e cujo valor seja compatível com o estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.6. O licitante melhor colocado terá o prazo **4 (quatro) horas**, após convocação do(a) pregoeiro(a) no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

9.7. Encerrada a etapa de negociação a proposta classificada em primeiro lugar será analisada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e será verificada a habilitação do licitante, conforme disposições deste instrumento.

9.7.1. O(A) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001.

9.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes.

9.9. Da sessão, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.go.gov.br (GO).

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. O fornecedor que comprovar sua regularidade através do CRC – Certificado de Registro Cadastral do Estado de Goiás ou do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, estará dispensado de apresentar os documentos descritos nos itens 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5.2 (conforme art. 4º da Instrução Normativa 004/2011-GS).

10.1.1. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:

- a) DA REGULARIDADE JURÍDICA (item 10.2);
- b) DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (item 10.3);
- c) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (item 10.4);
- d) DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E NÃO EMPREGO DE MENOR (item 10.5);
- e) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (item 10.6);
- f) DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP (item 10.7);
- g) DA INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO (item 10.8).

10.1.2. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado ao licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

10.2. DA REGULARIDADE JURÍDICA

10.2.1. Cédula de Identidade.

10.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.2.3. Ato Constitutivo, estatuto ou Contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores.

10.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. (http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)

10.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.3. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal. (<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgcCfSCriteriosPesquisa.asp>)

10.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante. (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>)

10.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, se sediado/domiciliado em outra Unidade da Federação, e do Estado de Goiás, por meio da Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa. (<http://aplicacao.sefaz.go.gov.br/pagina/ver/9429>)

10.3.6. Prova da regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante por meio da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo.

10.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), no termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (<http://www.tst.jus.br/certidao>)

10.3.8. Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas, dispensando-a quando, pela própria natureza das certidões, forem emitidas somente em nome da matriz (deliberação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).

10.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física

10.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data marcada para a abertura da sessão.

I. A comprovação do índice de liquidez geral apurado no balanço apresentado pela proponente, se dará extraindo os seguintes elementos, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

1. Índice de Liquidez Geral – ILG = não inferior a 1,0;
2. Solvência Geral – SG = maior ou igual a 1,0; e
3. Índice de Liquidez Corrente – ILC = não inferior a 1,0.

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

II. Quando os índices de balanço patrimonial forem inferiores a 1,0 (um) o licitante deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação

III. As empresas que não tenham concluído seu primeiro exercício social poderão apresentar balancetes, certificados por auditor independente.

IV. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o CBM/GO se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes.

V. Nos casos em que a comprovação de qualificação econômico-financeira seja por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimo, poderá ser requisitado, a qualquer momento, relação dos compromissos assumidos pelos licitantes, que importem diminuição de sua capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, nos termos do § 4º do artigo 31 da Lei nº 8.666/93.

10.5. DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E NÃO EMPREGO DE MENOR

10.5.1. Declaração elaborada e subscrita pelo representante legal do licitante de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme modelo a seguir:

| |
|--|
| <p>Pregão Eletrônico nº 22/2020 Processo nº 202000011034554</p> <p>DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS</p> <p>A empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Data e local</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do Diretor ou Representante Legal.</p> |
|--|

10.5.2. Declaração elaborada e subscrita pelo representante legal do licitante de que a empresa não emprega menor, conforme modelo a seguir:

| |
|--|
| <p>Pregão Eletrônico nº 22/2020 Processo nº 202000011034554</p> <p>DECLARAÇÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</p> <p>A empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, da não realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Data e local</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do Diretor ou Representante Legal.</p> |
|--|

10.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.6.1. ATESTADO ou CERTIDÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de já haver o licitante realizado fornecimento de objeto pertinente e compatível em características e em consonância com o Termo de Referência (ANEXO I) à respectiva pessoa jurídica, assim, deverá conter os dados de identificação da pessoa jurídica emitente, tais como nome completo, CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

10.7. DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

10.7.1. As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo exigida de forma regular e sem restrições para efeito de assinatura do Contrato, quando houver (ou emissão de Nota de Empenho).

1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista das ME/EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, em conformidade com o § 1º do art. 42 da Lei Complementar nº 123/06.

2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

10.7.2. Para fins do disposto no item 10.7, o enquadramento como ME/EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional de ME/EPP, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo ser apresentado juntamente com os Documentos de Habilitação:

I – Declaração, sob as penas da lei, de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como ME/EPP, em que se ateste a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo a seguir:

| |
|--|
| <p>Pregão Eletrônico nº 22/2020 Processo nº 202000011034554</p> <p>DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO _____ (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)</p> <p>A empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como _____ (ME/ EPP), estando apta para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Data e local</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do Diretor ou Representante Legal</p> |
|--|

10.8. DA INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO:

10.8.1. Declaração elaborada e subscrita pelo representante legal do licitante de INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO, conforme modelo a seguir:

| |
|---|
| <p>Pregão Eletrônico nº 22/2020 Processo nº 202000011034554</p> <p>DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO</p> <p>A empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação em procedimento licitatório, a INEXISTÊNCIA no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, cônjuges ou companheiros de integrantes da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e/ou PREGOEIROS do CBM/GO, ou ainda, militares do COMANDO DE APOIO LOGÍSTICO; Unidade responsável pela especificação, elaboração de projetos, aquisição e recebimento de Obras, Viaturas, Materiais e Equipamentos da Corporação.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Data e local</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do Diretor ou Representante Legal</p> |
|---|

10.9. Todos os documentos deverão estar com prazo vigente, e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerará o prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua expedição.

10.10. Nos casos em que o licitante for filial, poderão ser apresentados os seguintes documentos da matriz em detrimento dos documentos da filial, desde que aquela (matriz) centralize o recolhimento dos tributos:

10.10.1. Balanço Patrimonial (CNPJ da Matriz);

10.10.2. Certidão Negativa de Falência/Concordata (CNPJ da Matriz);

10.10.3. E demais casos em que estejam expressos no próprio documento/certidão ou previstos em Lei.

10.11. Como condição prévia para análise da habilitação da(s) empresa(s) mais bem classificada(s), serão consultadas as certidões a seguir, conforme artigos 33 e 34 da Lei estadual nº 18.672/14:

10.11.1. Certidão Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, emitida pelo CADFOR/GO (<http://www.comprasnet.go.gov.br/paginas/fornecedor/CertidaoNegativaEmissao.aspx>) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

10.11.2. Certidão de Regularidade junto ao cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União - TCU, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (<http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

10.11.3. Certidão de Regularidade junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.11.4. Certidão de Regularidade junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (<http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

10.11.5. Certidão de Regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP/CGU (<http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

10.12. Como condição prévia à adjudicação da(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), será consultada a base de informações do CADIN/ GO (<https://sistemas.sefaz.go.gov.br/cdn-consultas/pendencia>).

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, no dia e horário comunicado através do *chat*, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, no prazo de até **10 (dez) minutos**, em campo próprio do sistema, sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

11.1.1. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo(a) pregoeiro(a) no prazo de até **03 (três) dias úteis**, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o(a) pregoeiro(a), justificadamente, não reformar sua decisão. A autoridade competente terá o prazo de até **03 (três) dias úteis** para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do **item 11.1**, importará na decadência desse direito, ficando o(a) pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Não serão conhecidos os recursos e as contrarrazões interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo chat, por fax, correios ou entregues pessoalmente. As peças recursais deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, através do site www.comprasnet.go.gov.br (Goiás).

11.5. Os recursos impetrados exclusivamente para postergar e preterir o normal andamento desta licitação e ainda aqueles sem respaldo ou fundamentação legal, serão sumariamente indeferidos na própria sessão, pelo(a) pregoeiro(a) que externará através do *chat*, as causas de sua inadmissibilidade.

11.6. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo(a) pregoeiro(a).

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.2. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação

12.3. Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o Contrato (ANEXO III), conforme **itens 13 e 20** deste Edital.

13. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. O Contrato terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua outorga pelo Procurador do Estado, Chefe da Procuradoria Setorial da SSP/GO e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás e sua gestão ficará a cargo de um representante da Administração especialmente designado pelo CONTRATANTE, em atendimento ao art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.2. É facultada a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

13.3. Como condição para celebração do Contrato ou instrumento equivalente e durante a vigência contratual, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

I. Se o licitante vencedor não celebrar o Contrato/instrumento equivalente ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação.

II. Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor da contratação, procurando aproximá-lo daquele ofertado pelo primeiro colocado.

13.4. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o **subitem 13.3**, ou se recusar a assinar o Contrato, será convocada outra proponente na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

13.5. O Contrato será assinado eletronicamente através do SEI/GO, conforme item 20 deste Edital.

13.6. O Contrato celebrado entre as partes referente ao objeto licitado poderá ser prorrogado, alterado e/ou rescindido nos termos da legislação vigente, mediante aditamento contratual.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA através do setor competente do órgão requisitante, em **até 30 (trinta) dias**, contados da data de liquidação da(s) nota(s) fiscal(ais) faturada(s), após o recebimento definitivo do objeto e aprovado os termos da(s) Nota(s) Fiscal(is).

14.1.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente do favorecido, exclusivamente, em Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Poder Executivo Estadual (Caixa Econômica Federal), em atenção ao disposto no art. 4º da Lei Estadual nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

14.2. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária estabelecida no **item 15** do Edital.

14.3. O CBM/GO, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS

15.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes do(s) Contrato(s) a ser(em) firmado(s), para o presente exercício, encontram-se previstos conforme a seguinte classificação de funcional-programática:

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
|----------------------|--------|--|
| DESCRIÇÃO | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO |
| Unidade Orçamentária | 2850 | Fundo Estadual de Saúde - FES |
| Função | 10 | Saúde |
| Sub-função | 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial |
| Programa | 1043 | Saúde Integral |
| Ação | 3051 | Projetos e Atividades na Área da Saúde |
| Grupo de Despesa | 04 | Investimentos |
| Fonte de Recurso | 100 | Receitas Ordinárias |
| Modalidade Aplicação | 90 | Aplicação Diretas |

16. DAS INFRAÇÕES, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

16.1. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da autoridade competente, as seguintes penalidades:

16.1.1. Multa de mora graduada de acordo com a gravidade da infração nos moldes abaixo:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o Contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

16.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no CADFOR/COMPASNET.GO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no **subitem 16.1.1**. e nas demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- não entregar a documentação exigida no edital;
- apresentar documentação falsa;
- causar o atraso na execução do objeto;
- não mantiver a proposta;
- falhar na execução do contrato;
- fraudar a execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- declarar informações falsas; e
- cometer fraude fiscal.

17. DOS PRAZOS

17.1. A execução do objeto se dará conforme estipula o **item 8** do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

17.2. O **recebimento provisório** do(s) objeto(s) dar-se-á conforme o **item 8.4.1** do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

17.3. O **recebimento definitivo** do(s) objeto(s) dar-se-á conforme o **item 8.4.2** do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

17.3.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados devendo este serem sanados no prazo máximo constante do **item 8.11** do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

17.4. A validade da proposta será de **90 (noventa) dias, a contar da data marcada para início da sessão pública (item 3.1), independente de haver prazo diferente expresso na mesma.**

17.5. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, contados da data de liquidação da(s) nota(s) fiscal(ais) faturada(s), após o recebimento definitivo do objeto e aprovado os termos da(s) Nota(s) Fiscal(is).

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA EMPRESA VENCEDORA

18.1.1. Cumprir todas as exigências mínimas deste Edital e executar o objeto, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas.

18.1.2. Responsabilizar-se por todas as despesas do objeto em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

18.1.3. Responsabilizar-se pelos danos materiais ou pessoais causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CBM/GO.

18.1.4. Responsabilizar-se por qualquer dano ambiental que porventura venha ocorrer em decorrência da execução do objeto, respondendo pelos reparos ambientais e penalidades estipuladas em lei.

18.1.5. Cumprir também as obrigações previstas no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

18.1.6. Observar e cumprir os termos do Código de Ética Estadual, conforme inc. III, art. 4º Decreto 9.423/19.

18.1.7. Apresentar declaração do **CADIN do Estado de Goiás, sem registros**, conforme normatizado no art. 6º da Lei Estadual nº 19.754/2017.

18.1.8. Emitir Nota Fiscal conforme dados fornecidos na Nota de Empenho e/ou outro instrumento equivalente.

18.2. DO CONTRATANTE

18.2.1. Disponibilizar local adequado para o recebimento do objeto.

18.2.2. Fiscalizar e inspecionar o objeto, podendo rejeitá-lo, quando estes não atender ao definido neste Edital e seus ANEXOS.

18.2.3. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais)/Fatura(s) da Contratada, após a efetiva entrega do objeto, a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo CBM/GO e a liquidação da despesa.

18.2.4. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita do fornecedor, para que ele possa cumprir as suas obrigações, informações adicionais, dirimir dúvidas e orienta-lo em todos os casos omissos, se ocorrer, desde que dentro das condições estabelecidas na aquisição.

18.2.5. O CONTRATANTE deverá cumprir também as obrigações previstas no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

19.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital ou solicitar esclarecimentos, exclusivamente pelo sistema, **via campo próprio**, (<http://www.comprasnet.go.gov.br>), em **até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o início da sessão pública**.

19.1.1. **Após protocolar a impugnação ou o esclarecimento, fica o licitante interessado responsável por confirmar o recebimento através do telefone +55 (62) 3201-6386 com o(a) Pregoeiro(a) ou algum membro da equipe de apoio.**

19.1.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(à) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Equipe de Apoio e pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência (ANEXO I do Edital), decidir sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido.

19.1.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

19.1.3. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório a Administração procederá a retificação e republicação do Edital, com nova data para realização do certame e a devida devolução dos prazos.

19.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

19.3. A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

20. DO CADASTRO PARA ASSINATURA DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI/GO

20.1. O(s) licitante(s) vencedor(es), a partir do momento em que for homologado o certame, deverá providenciar o cadastro de assinatura eletrônica no SEI/GO para que possa assinar o Contrato referente ao objeto licitado.

20.1.1. Para se cadastrar junto ao SEI, com vistas à assinatura do Contrato, o(s) licitante(s) vencedor(s) do certame deve(m) acompanhar as seguintes etapas:

a) **1º passo** – [Realize o Pré-Cadastro](#).

b) 2º passo - Em seguida, preencha corretamente os itens do [Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#), sem abreviações.

c) 3º passo – Entregue ou envie à Secretaria de Estado de Administração, - SEAD/ SEI GOIÁS, situada na situada na Rua 82, nº 400, Edifício Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 7º andar - Ala oeste, Setor Central, Goiânia-GO, CEP: 74015-908, cópia dos seguintes documentos:

1. Documentos de Identificação (RG, CPF ou CNPJ);
2. [Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#) devidamente preenchido e com **reconhecimento de firma por autenticidade ou por verdadeira;**

d) 4º passo – Verifique o recebimento do e-mail de confirmação de cadastro e o endereço de acesso ao sistema.

20.2. A assinatura eletrônica do Contrato será feita por meio de link encaminhado ao e-mail cadastrado pelo licitante no pré-cadastro (1º passo) e utilizando a senha criada.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Este Edital e seus ANEXOS deverão ser lidos e interpretados na íntegra, sendo que a participação nesta licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos e condições do ato convocatório, com seus anexos e instruções, sendo que após o registro da proposta no sistema não serão aceitas alegações de desconhecimento.

21.2. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

21.3. O CBM/GO se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a emissão da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato, quando houver, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que aos licitantes caiba qualquer direito à indenização ou ressarcimento.

21.4. O(A) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.5. Caberá à empresa credenciada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

21.6. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus ANEXOS serão contados da seguinte forma: excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só iniciam e vencem em dias de expediente do CBM/GO.

21.7. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

21.8. **INFORMAÇÕES QUANTO AO EDITAL:** serão prestadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou Equipe de Apoio em horário de expediente do CBM/GO, pelo telefone (62) 3201-6386 ou pelo e-mail cbmgo.comprascal@gmail.com.

21.9. **INFORMAÇÕES QUANTO AO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:** serão prestadas pelo Chefe do Departamento de Especificações e Orçamentos – DECOR/CAL/CBM/GO, pelo telefone (62) 3201-6387 em horário de expediente do CBM/GO ou pelo e-mail cbmgo.cal.decor@gmail.com.

22. DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

22.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidos à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

23. DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

23.1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrentes desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

24. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

24.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

24.1.1. ENCARTE I

24.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.

24.3. ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO.

Departamento de Compras e Licitações - DECOL/CBM/GO, Goiânia-GO, aos 02 dias do mês de dezembro de 2020.

Esmeraldino Jacinto de LEMOS - CEL QOC BM
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020
PROCESSO Nº 202000011034554

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR E MÁQUINA DE LAVAGEM DE TURBINA PARA O CBM/GO

O Termo de Referência e seu ANEXO (ENCARTE 1) encontram-se disponíveis em arquivo separado (000016638577) deste **Edital**, porém é parte integrante do mesmo.

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020
PROCESSO Nº 202000011034554

MODELO PARA PROPOSTA

(A proposta deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado e todos os campos são de preenchimento obrigatório)

| | | | | | | | |
|---|---------|------------|----------------|---|--------------------------------------|---|--------------------------------------|
| Razão social: | | | | | | | |
| CNPJ: | | | | | | | |
| Endereço: | | | | | | | |
| Telefone/Fax: | | | | | | | |
| Banco: Caixa Econômica Federal Art. 4º da lei Estadual nº 18.634/2014 | | | | Agência: (nome/nº) | | Conta Corrente: | |
| Dados do Signatário – Representante da Empresa | | | | | | | |
| Nome: | | | | | | Cargo: | |
| Nacionalidade: | | | Identidade: | | | CPF: | |
| Especificação do Produto | Unidade | Quantidade | Marca e Modelo | Preço Unitário COM ICMS (R\$) | Preço Total COM ICMS (R\$) | Preço Unitário SEM ICMS (R\$) | Preço Total SEM ICMS (R\$) |
| Valor Total da Proposta COM ICMS (por extenso): | | | | | | | |
| Valor Total da Proposta SEM ICMS (por extenso): | | | | | | | |
| Convênio ICMS? SIM () NÃO () | | | | | | | |
| <p>- Informar, no que couber, a alíquota do ICMS.</p> <p>- Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03);</p> <p>- As empresa sediadas no Estado de Goiás, beneficiadas pelo art. 8º, inc. VIII do RCTE – Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (Decreto nº 4.853/1997) deverão declarar-se beneficiárias deste dispositivo legal, devendo demonstrar na memória de cálculo da desoneração do ICMS, o desconto equivalente ao seu benefício, o qual deverá ser expressamente comprovado no momento da apresentação da proposta;</p> <p>- Declaro que nesta Proposta de Preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria;</p> <p>- Declaro responsabilidade pelas plenas condições de uso e funcionamento do objeto contratado;</p> <p>- Declaro que os sócios e acionistas não estão enquadrados em nenhuma das vedações contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/93, ou seja, não há impedimento de contratar com a administração pública.</p> | | | | | | | |

DATAR E ASSINAR (REPRESENTANTE LEGAL)

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020
PROCESSO Nº 202000011034554

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2020

Contrato para aquisição de **AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR E MÁQUINA DE LAVAGEM DE TURBINA PARA O CBM/GO**, que entre si celebram o Estado de Goiás, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, e a empresa _____, nas condições que se seguem.

PREÂMBULO**DO CONTRATANTE**

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado à Praça Cívica, s/n, Goiânia-GO, representado pela Procuradoria Geral do Estado, neste ato representada pelo Procurador do Estado, Chefe da Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Segurança Pública, **DR. PAULO ANDRÉ TEIXEIRA HURBANO**, inscrito na OAB/GO sob o nº 40.228, nomeado pelo Decreto s/nº de 02 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 02 de janeiro de 2020, nos termos da atribuição conferida pelo § 2º do artigo 47 da Lei Complementar Estadual nº 058/06, com a interveniência do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**, com endereço à Avenida C-206 esquina com Avenida C-198, Jardim América, Goiânia-GO, CEP 74270-060, neste ato representado por seu Comandante Geral, **CEL. QOC ESMERALDINO JACINTO DE LEMOS**, casado, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Carteira de Identidade nº 1.072, emitida pelo CBM/GO e inscrito no CPF/MF sob o nº 532.380.011-91, nomeado pelo Decreto s/nº de 12 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 12 de dezembro de 2019, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 1292/2012/SSPJ, bem como Decreto nº 8.060 de 18 de dezembro de 2013.

DA CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº _____, sediada na _____, nº _____, Qd, Lt, Setor/ Bairro, Cidade, Estado, País, CEP, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, Órgão Expedidor e inscrito(a) sob o CPF/MF nº _____, residente e domiciliado(a) _____.

FUNDAMENTAÇÃO

Este Contrato é decorrente do procedimento de licitatório realizado através do Pregão Eletrônico nº 22/2020, objeto do Processo Administrativo nº 202000011034554 de 05 de novembro de 2020, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e aplicando subsidiariamente, no que couber, à Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, o Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020, o Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011 e às normas vigentes relativas à matéria e às cláusulas e condições seguintes, sendo ainda parte integrante do presente instrumento, a proposta de preços, o Termo de Referência (ANEXO I do Edital), independente de transcrição.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR E MÁQUINA DE LAVAGEM DE TURBINA PARA O CBM/GO**, conforme o ANEXO I do Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2020 – CBM/GO.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO

| Item | Discriminação | Marca/Modelo | Unidade | Qtd | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------------|---|--------------|---------|-----|----------------|-------------|
| 01 | Compressor de ar com motor elétrico monofásico (220 volts) de 2 hp (1,5 kW) com reservatório (mínimo de 90 L) e funcionamento automatizado. | | Unidade | 01 | R\$ | R\$ |
| 02 | Máquina para lavagem de compressores / turbinas aeronáuticas | | Unidade | 01 | R\$ | R\$ |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ |

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. O CONTRATANTE se compromete a cumprir com as exigências abaixo relacionadas, bem como, as demais estabelecidas junto ao Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição:

- a) nomear representante para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela CONTRATADA, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, conforme cada caso específico ensejar;
- b) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido;
- c) fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;
- d) expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja refeito/entregue qualquer serviço/objeto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado;
- e) disponibilizar todas as informações e os meios necessários para que ocorra o fiel cumprimento das disposições existentes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Para o fiel cumprimento deste ajuste a CONTRATADA obriga-se a executar os objetos de acordo com as quantidades, descrições e critérios estabelecidos pelo CONTRATANTE, após a outorga do Contrato pelo Procurador do Estado, Chefe da Procuradoria Setorial da SSP/GO, a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado de Goiás e mediante requisição e/ou ordem de serviço emitida pelo setor requisitante e/ou gestor do Contrato. As demais obrigações da CONTRATADA são estabelecidas junto ao Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, e ainda:

- a) manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) manter quadro de pessoal suficiente para execução do objeto, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- c) responsabilizar-se pelo pagamento dos salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de todos os funcionários envolvidos na execução do objeto;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados e ainda primar pela qualidade dos mesmos;
- e) refazer o objeto executado e aceito, comprovada a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização;
- f) executar o objeto do presente instrumento contratual em conformidade com as especificações, contados da emissão da outorga do Contrato ou outro documento equivalente;
- g) será de responsabilidade da vencedora todas as despesas que incidam ou venham a incidir diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado, e ainda aquelas relativas aos tributos fiscais, trabalhistas e sociais;
- h) responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento ou por erro relativo à execução;
- i) responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erro na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesa para o contratante;
- j) responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente;
- k) prestar quaisquer informações ao CONTRATANTE, quando solicitada;
- l) garantir que todas as despesas inerentes à execução do Contrato serão inteiramente de sua responsabilidade, tais como: reparos ou substituições;
- m) implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente do objeto, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando-o de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as instalações e equipamentos;
- n) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- o) observar e cumprir os termos do Código de Ética Estadual, conforme inc. III, art. 4º Decreto nº 9.423/19;
- p) apresentar declaração do **CADIN do Estado de Goiás, sem registros**, conforme normatizado no art. 6º da Lei Estadual nº 19.754/2017;
- q) entregar o objeto em até **60 (sessenta) dias**, contados a partir da publicação do contrato em Diário Oficial do Estado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, sem prejuízo da garantia prevista na CLÁUSULA DÉCIMA deste instrumento, contados a partir de sua outorga pelo Procurador do Estado, Chefe da Procuradoria Setorial da SSP/GO e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

6.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato, para o presente exercício, encontram-se previstos conforme a seguinte classificação de funcional-programática.

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | |
|----------------------|--------|--|
| DESCRIÇÃO | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO |
| Unidade Orçamentária | 2850 | Fundo Estadual de Saúde - FES |
| Função | 10 | Saúde |
| Sub-função | 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial |
| Programa | 1043 | Saúde Integral |
| Ação | 3051 | Projetos e Atividades na Área da Saúde |
| Grupo de Despesa | 04 | Investimentos |
| Fonte de Recurso | 100 | Receitas Ordinárias |
| Modalidade Aplicação | 90 | Aplicação Diretas |

6.2. Conforme Nota(s) de Empenho(s) nº(s) _____ no(s) valor(es) de R\$ _____ (_____), datada(s) de ____ de _____ de _____.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

7.1. O CONTRATANTE pagará após o atesto devido na nota fiscal/fatura, o valor total contratual de R\$ _____ (_____).

8. CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. A CONTRATADA deverá protocolar junto ao CONTRATANTE Nota Fiscal/Fatura, solicitando seu pagamento, o qual será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data de sua liquidação. A Nota Fiscal/Fatura tem que estar devidamente atestada pelo responsável (área requisitante e/ou gestor do Contrato), instrumento indispensável para o processamento das faturas.

8.2. Para efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei, além de apresentar a correspondente Nota Fiscal/Fatura.

8.3. Caso a CONTRATADA não cumpra o disposto nos dois itens acima, a CONTRATANTE não efetuará o pagamento, não incorrendo em qualquer cominação por atraso de pagamento até a regularização do contratado.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente aos serviços prestados ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

8.5. Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos referentes à perfeita execução deste objeto tais como: materiais, equipamentos, utensílios, fretes, seguros, impostos e taxas, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciárias, de segurança do trabalho ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à execução da prestação dos serviços, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esses ou qualquer outro título.

8.6. Sobre os valores das faturas não quitadas na data de seus respectivos vencimentos, incidirá juros simples de 0,5% (meio por cento) a.m., "pro rata die", desde que solicitado pela CONTRATADA.

9. CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO

9.1. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma do inciso II, alínea "d", do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, devendo ser formalizado somente por aditivo contratual nas mesmas formalidades do instrumento contratual originário, inclusive com audiência e outorga da Procuradoria Geral do Estado.

9.2. Para efeito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro a CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida, requerimento, devidamente aparelhado, em até 120 (cento e vinte) dias após o evento propulsor de eventual desequilíbrio.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

10.1. Os objetos deverão ter garantia de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contra defeitos de fabricação, sem prejuízo a garantia oferecida pelo fabricante.

10.2. O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitada, sendo o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato da entrega dos Equipamentos, acompanhados de manual de uso e manutenção.

10.3. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante manutenção corretiva e reposição de peças, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso. O prazo de garantia será contado a partir da data de aceitação do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa obriga-se independentemente de ser ou não a fabricante do produto, a efetuar, dentro do prazo da garantia, substituições de todas as unidades que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações exigidas, sem ônus para o CBM/GO, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

10.4. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros apontados pelo fabricante.

10.5. Os serviços de Assistência Técnica serão executados pela CONTRATADA ou pela assistência técnica.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MULTA E PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da autoridade competente, as seguintes penalidades:

11.1.1. Multa de mora graduada de acordo com a gravidade da infração nos moldes abaixo:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o Contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

11.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no CADFOR/COMPASNET.GO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no subitem 11.1.1. deste Instrumento e nas demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

b) não entregar a documentação exigida no edital;

c) apresentar documentação falsa;

- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 Constituem motivos para rescisão do Contrato, de acordo com que cada caso ensejar, sem prejuízo, quando for o caso, da responsabilidade civil ou criminal e de outras sanções:

- a) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada ao CONTRATANTE, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- b) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, se, a juízo da Administração, prejudicar a execução do Contrato;
- c) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- d) atraso injustificado do início da execução do Contrato;
- e) atraso durante a execução contratual, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão de serviço ou fornecimento, nos prazos estipulados;
- f) paralisação, total ou parcial, da execução de serviço ou fornecimento, sem justa causa previamente comunicada ao CONTRATANTE;
- g) associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, do Contrato, bem como fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA não admitidas no edital e/ou no Contrato;
- h) desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como às de seus superiores;
- i) cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- j) falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- k) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- l) superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) declaração de falência ou instauração da insolvência civil;
- o) dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
- p) suspensão da execução contratual, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas mobilizações e desmobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- q) atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A rescisão do Contrato poderá ser, conforme art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93:

- a) determinado por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização motivada da autoridade competente.

12.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da LLC, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) pagamento do custo da desmobilização, se for o caso.

12.6. O CONTRATANTE poderá, no caso de recuperação judicial, manter o Contrato, podendo assumir o controle direto de determinadas atividades e serviços essenciais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

13.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidos à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

14.1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrentes desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual

(CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento de Arbitragem abaixo:

ARBITRAGEM

- 1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
- 2) A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembléia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.
- 3) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
- 4) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
- 5) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
- 6) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
- 7) A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- 8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

Goiânia, _____, de _____ de _____.

Estado de Goiás

Parte Adversa

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização e execução do Contrato serão acompanhadas por servidor designado através de Portaria do Comando Geral do CBM/GO, nos termos das disposições contidas nos Arts. 51 a 54, da Lei estadual nº 17.928/2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

16.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim, o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento para efeito legal.

PAULO ANDRÉ TEIXEIRA HURBANO
Procurador do Estado - Chefe da Procuradoria Setorial da SSP/GO

ESMERALDINO JACINTO DE LEMOS - CEL QOC
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás

Representante da CONTRATADA
CONTRATADA



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000016956015** e o código CRC **9490AC65**.

COMANDO DE APOIO LOGÍSTICO

Departamento de Compras e Licitações – DECOL/CBM/GO

Av. Consolação, Qd. 35, Lts. 03 ao 10, 22 e 23, Cidade Jardim, Goiânia, Goiás, CEP: 74.425-535 - fone +55 (62) 3201- 6386 - cbmgo.comprascal@gmail.com



Referência: Processo nº 202000011034554



SEI 000016956015